

## **CADERNO DE REIVINDICAÇÕES DO SINTAP/AÇORES PARA 2018**

Os trabalhadores da Administração Pública dos Açores, e por arrasto os trabalhadores das IPSS/Misericórdias, continuam a ser penalizados nos seus rendimentos em virtude dos sucessivos congelamentos anuais de aumentos salariais e do congelamento das progressões e promoções na carreira por força das políticas de austeridade adotadas desde 2010, cujas consequências os órgãos de governo próprio da Região não conseguiram até agora ultrapassar de uma forma bem-sucedida.

No ano de 2016 assistiu-se a uma pequena recuperação dos rendimentos dos funcionários públicos, com a reposição dos rendimentos dos trabalhadores que auferiam salários superiores a 1.500 € resultante do fim dos cortes salariais a eles impostos em 2011.

Em 2018 inicia-se finalmente o descongelamento das progressões e promoções dos trabalhadores em funções públicas embora de uma forma faseada em 4 prestações que se prolongarão por dois anos, sem que neste importante passo evolutivo se tenha conseguido contudo o começo efetivo de um processo de recuperação real do poder de compra dos respetivos salários corroídos por mais de 13% de inflação acumulada ao longo dos últimos anos.

Há ainda a registar negativamente o peso particular da nossa carga fiscal sobre toda a população por via do aumento dos impostos diretos e indiretos, que penaliza de sobremaneira os trabalhadores com mais baixos salários. Daí a necessidade urgente de agir no sentido do abaixamento genérico da brutal carga fiscal existente no continente e nos Açores, onde os custos de insularidade continuam a penalizar os rendimentos do trabalho de quem cá vive.

Retomar pois os aumentos anuais dos salários dos trabalhadores em funções públicas e dos trabalhadores das IPSS/Misericórdias que permitam recuperar os respetivos rendimentos constituirá uma prioridade reivindicativa do SINTAP nos próximos anos.

Não obstante se verificar no plano nacional uma tendência para a reposição dos rendimentos perdidos dos trabalhadores públicos, o mesmo não se tem verificado no plano regional onde se continua a notar ausência de medidas políticas nesse sentido, não obstante a iniciativa avançada pelo SINTAP no sentido da revisão e atualização em 10% da remuneração complementar/subsídio de insularidade que recolheu mais de 5.000 assinaturas.

Neste contexto, impõe-se-nos continuar a reivindicar e lutar pela reposição e atualização dos salários e rendimentos dos trabalhadores públicos e das IPSS/Misericórdias na Região.

Face a esta realidade, e atento aos problemas e questões que se fazem sentir no plano social e laboral, o SINTAP/Açores reivindica a atenção e consequente ação concertadas dos órgãos de governo próprio da Região, bem como das Uniões das IPSS/Misericórdias, para a seguinte agenda de preocupações sindicais:

**1. DESCONGELAMENTO DAS PROGRESSÕES E PROMOÇÕES E ATUALIZAÇÕES REMUNERATÓRIAS DOS TRABALHADORES DA AP JÁ EM 2018** – embora se tratando de matéria do âmbito das atribuições e competências do Governo da República, o SINTAP irá se empenhar no plano nacional para atingir este fito já em 2018 para todos os trabalhadores de todas as carreiras, sejam gerais, especiais, não revistas ou subsistentes, que tenham adquirido o direito às progressões obrigatórias legais por estarem há 10 anos ou mais estagnados na respetiva posição remuneratória da carreira ou terem 10 ou mais pontos.

**2. ATUALIZAÇÃO DA REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR/SUBSÍDIO DE INSULARIDADE** – renovamos a nossa proposta de aumento da Remuneração Complementar para 2018 superior a 10% atendendo que a mesma não é alvo de qualquer atualização desde 2012, fazendo-se assim justiça para com os trabalhadores das Administrações Públicas Regional e Local com níveis remuneratórios mais baixos.

**3. REVISÃO DO CCT E ATUALIZAÇÃO SALARIAL PARA OS TRABALHADORES DAS IPSS/MISEDRIÓDIAS** – mantemos aqui a nossa reivindicação quanto à necessidade de se proceder em 2018 a aumentos salariais na ordem dos 3,0% para os trabalhadores das IPSS/Misericórdias que atualize e reponha o seu poder de compra entretanto perdido, bem como uma revisão dos últimos cinco níveis da tabela

remuneratória mínima que foram completamente absorvidos pelo valor do salário mínimo praticado na Região.

**4. CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COLETIVOS DE TRABALHO COM OS HOSPITAIS DE ANGRA, HORTA E PDL** – destinados a garantir e assegurar aos trabalhadores com contratos individuais de trabalho destes estabelecimentos hospitalares os mesmos direitos e deveres que têm os seus colegas funcionários públicos com idênticas funções públicas, nomeadamente em matéria de horário de trabalho e de aplicação da remuneração complementar/subsídio de insularidade, em observância do princípio de para trabalho igual salário igual.

**5. REGULARIZAÇÃO DAS PROGRESSÕES DOS EDUCADORES DE INFANCIA DAS IPSS/MISERICÓRDIAS** - Fruto de uma interpretação errónea que se colocava no âmbito subjectivo dos congelamentos dos trabalhadores da função pública previstas nas sucessivas leis do OE, foi vedada a estes trabalhadores a progressão normal na respetiva carreira ao abrigo da lei, do CCT para o sector e ao contrário do que aconteceu aos demais colegas das IPSS/Misericórdias, impondo-se assim reivindicar a regularização imediata da sua situação na carreira, bem como o pagamento dos retroactivos devidos.

**6. VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E REMUNERATÓRIA DOS TÉCNICOS SUPERIORES DAS IPSS/MISERICÓRDIAS** – continuamos a pugnar pela revalorização profissional e remuneratória da carreira técnica superior das IPSS/Misericórdias, reivindicando-se a integração na função pública daqueles técnicos que, apesar de possuírem um contrato individual de trabalho com as IPSS, na prática exercem funções públicas para o ISSA/Instituto de Segurança Social dos Açores.

**7. SUPRIMENTO DA FALTA DE PESSOAL AUXILIAR NAS ESCOLAS E SERVIÇOS DE SAÚDE E CONTINUAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS NA AP REGIONAL** – reivindicamos aqui um levantamento urgente das carências de pessoal auxiliar nas escolas e unidades de saúde da Região e a consequente abertura de concursos para preenchimento dessas carências, defendendo-se concomitantemente a criação de carreiras especiais para este pessoal da educação e da saúde, na medida em que se assiste aqui a um recurso abusivo ao trabalho extraordinário.

**8. DEFESA DA MOBILIDADE INTERCARREIRAS COMO FORMA DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES VINCULADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** – a existência de inúmeros trabalhadores da administração

regional em condições de acederem às carreiras de assistente técnico e técnico superior em virtude de terem entretanto estudado e se esforçado para adquirir as habilitações necessárias para isso, leva o SINTAP a reivindicar a particular atenção e ação do Governo Regional, à semelhança do que fez o Governo da República no final do ano passado com cerca de 620 trabalhadores da segurança social nacional, no sentido de fazer uso e recurso à figura da mobilidade intercarreiras de modo a proceder à sua valorização profissional e fazer assim jus a estas trabalhadores.

**9. ALARGAMENTO E REFORÇO DA COBERTURA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PROTOCOLADOS DA ADSE NA RAA** – O Sintap defende, para além da diminuição das contribuições dos funcionários públicos para a ADSE, a nível nacional, o alargamento e reforço da cobertura dos serviços de saúde protocolados d ADSE na RAA como forma de melhoria da rede de serviços de saúde aos trabalhadores em funções públicas, à semelhança do acontece no continente.

**10. DESAGRAVAMENTO DA CARGA FISCAL REGIONAL** – mantemos a nossa reivindicação quanto à necessidade de desagravamento fiscal e de progressiva recuperação do poder de compra dos salários dos trabalhadores açorianos, sendo o SINTAP solidário e a favor da proposta conjunta de abaixamento do IRS/IRC e IVA avançada pela UGTA, CCIA e FAA – é urgente e fundamental assegurar o aumento do rendimento disponível dos trabalhadores da Administração Pública e das IPSS/Misericórdias e seus agregados familiares.

**11. FORMAÇÃO PROFISSIONAL** – o SINTAP/Açores continua a reivindicar uma oferta formativa diversificada e de qualidade que permita aos trabalhadores acederem de forma regular, isto é anualmente, a ações de formação profissional, nomeadamente no âmbito específico da Administração Pública, tendo como objetivo a qualificação e o desempenho profissional dos trabalhadores, motivando-os e contribuindo-se assim para um aumento da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos, ligando-se esta questão formativa com a questão da avaliação e motivação dos funcionários públicos em termos de acesso na respetivas carreiras.

**12. AUDIÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS SINDICATOS NA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE LEGISLAÇÃO DO TRABALHO PELA VIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA** – o SINTAP/Açores mantém a sua reivindicação no sentido do cumprimento integral da LTFP em matéria de participação sindical, exortando uma vez mais o Governo

Regional a cumprir e respeitar os direitos constitucionais de participação e negociação coletiva prévia com os sindicatos sempre que estiverem em causa propostas de diploma regionais referentes ao estatuto profissional dos trabalhadores da Administração Pública Regional.

**13. VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E REMUNERATÓRIA DOS TRABALHADORES DA RIAC** – defendemos assim a criação de uma carreira especial e de um suplemento remuneratório para os trabalhadores da RIAC, que tenha em conta a abrangência e especificidade e responsabilidade das suas funções, bem como dos especiais deveres a que se encontram sujeitos

**14. PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA E DA PROFISSIONALIZAÇÃO NO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DOS CARGOS DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL** - o SINTAP defende de há muitos que os cargos de dirigentes da Administração Pública regional devem ser ocupados por funcionários de carreira com base nas suas competências e experiência profissionais mediante concursos de recrutamento e seleção em que os princípios da universalidade e da igualdade sejam observados, admitindo-se quererem a constituição de uma carreira de dirigente à semelhança do que acontece com os atuais coordenadores técnicos (antigos chefes de repartição e secção).

**15. HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO** – O SINTAP continua a pugnar por melhores condições de higiene e segurança nos locais de trabalho, nomeadamente no pessoal assistente operacional, para que se possa evitar ainda mais acidentes de trabalho e doenças profissionais.

**Estas preocupações e reivindicações, sem prejuízo de outras que o tempo e os trabalhadores nos vierem a apresentar ao longo do ano de 2018, constituem a base da nossa ação sindical para o corrente ano.**

Açores, 23 de novembro de 2017

O Secretariado Coordenador Regional dos Açores  
do SINTAP